

Recessões do período 1930-1939: o ciclo agrícola numa economia fechada

Recessão | PICO: 1934 - CAVA: 1936.

Os anos 30 foram de estabilidade económica em Portugal em comparação, quer com a década anterior, quer com as outras economias ocidentais. Esta estabilidade refletiu em parte as reformas da década anterior e a consolidação do novo regime político. Portugal não foi muito afetado pelos dois eventos marcantes no Ocidente nesta década: a Grande Depressão e a Guerra Civil Espanhola. O país continuava isolado, não só devido ao incipiente desenvolvimento industrial, mas também por opção política. Por isso, os ciclos agrícolas foram o principal determinante do ciclo económico. A seca de 1935-36, a consociação negativa dos ciclos do azeite e do vinho e a ressaca da Campanha do Trigo conduziram o país a uma única recessão nesta década, entre 1934 e 1936.

1. CONTEXTO

Contexto interno

Politicamente, a década de 1930 ficou marcada pela institucionalização do regime do Estado Novo. A União Nacional surgiu como partido único em 1930, no mesmo ano em que o Ato Colonial foi promulgado. Em 1933, a Constituição (que foi alvo de um plebiscito) e o Estatuto do Trabalho Nacional oficializaram a organização corporativista do regime.

As reformas fiscais e monetárias dos anos 20 proporcionaram estabilidade e solidez às finanças públicas ao longo dos anos 30. Em 1931, realizou-se uma reforma profunda do estatuto e papel do Banco de Portugal. O Escudo foi formalmente inserido no sistema de padrão-divisas-ouro, fixando a sua convertibilidade em libras esterlinas. Quando o governo inglês tornou a libra inconvertível em ouro, Portugal aderiu à *zona do esterlino*, mantendo, geralmente, a paridade com a libra ao longo da década. Uma lei de 1935 reorganizou a concessão de crédito, impondo fortes entraves à entrada de novas instituições financeiras, o que contribuiu para que o mercado bancário português tivesse poucas mudanças desde então até à década de 70.

Na política económica, vigorava o princípio de substituição das importações. Na agricultura, essa doutrina de substituição traduziu-se numa das mais relevantes ações de política agrícola durante a República, a Campanha do Trigo, que visava combater o histórico défice cerealífero, com um cunho protecionista que já vinha de finais do século XIX.

No setor secundário, o condicionamento industrial iniciado nos anos 20 foi gradualmente estendido à generalidade dos setores ao longo dos anos 30. Ele consistia num conjunto de regulações protecionistas que conferiam ao governo o poder de autorizar aberturas de empresas em cada setor, a aquisição de tecnologias

ou a participação no capital por entidades estrangeiras. Estas regulações encorajavam também o uso de matérias-primas nacionais. Foi neste contexto que, no final da década começou, por exemplo, a refinação de petróleo e a produção industrializada de bicicletas.

Um plano de investimentos e despesas públicas, que se estenderia até 1950, foi aprovado em 1935 (a Lei de Reconstituição Económica), com foque na reestruturação e rearmamento das Forças Armadas e no fomento económico. Neste segundo domínio, os transportes (a rede viária e ferroviária, portos, aeronáutica) e a modernização agrícola ocuparam cerca de 60% dos montantes atribuídos, a construção de edifícios escolares representou cerca de 15%, e o remanescente estava distribuído pelas telecomunicações, edifícios públicos, urbanização, energia e pesquisas mineiras. A sua execução iniciou-se em 1936-37 e, no seu conjunto, representou um aumento de mais de um quinto nas despesas públicas correntes e uma quadruplicação do investimento público anual, em média, quando comparado com a primeira metade dos anos 30 (Nunes e Valério, 1983). Todavia, a maioria dos investimentos e despesas apenas seriam executada nos anos 40, ainda que em 1937-40 já se tenha registado um modesto aumento do investimento total.

Contexto externo

A Grande Depressão de 1929 e a contração do comércio internacional não tiveram efeitos de primeira ordem na economia portuguesa via exportações ou importações porque o país ainda tinha uma economia relativamente fechada. No norte do país, um número reduzido de bancos, mais expostos internacionalmente, fechou as portas, mas o setor financeiro ainda tinha, de um modo geral, pouca sensibilidade a fatores financeiros internacionais, com exceção para as remessas dos emigrantes. As indústrias de equipamentos e máquinas de transporte, particularmente atingidas noutras economias, estavam ainda pouco desenvolvidas em Portugal. Deste modo, os principais efeitos da Depressão na balança de pagamentos fizeram-se sentir: na abrupta queda das remessas vindas do Brasil fruto, por exemplo, de controlos de capitais aí vigentes; na forte queda da emigração para todos os destinos; e na redução dos preços de matérias-primas nacionais nos mercados externos.

Entre 1936 e 1939, a Guerra Civil Espanhola faz do país vizinho o palco de um sangrento conflito. Do ponto de vista político, Portugal manteve-se neutro (embora tenha concedido facilidades às tropas nacionalistas). Do ponto de vista económico, não obstante algum impacto nas regiões transfronteiriças, Portugal e Espanha estavam largamente desconectados e assim permaneceriam por mais algumas décadas. Países como o Brasil, Inglaterra ou a Bélgica eram mais relevantes para o comércio externo nacional. A maior consequência económica para Portugal deste conflito parece ter sido o aumento das exportações, sobretudo da cortiça, porque a indústria nacional competia com a espanhola pelos mesmos mercados.

2. PRINCIPAIS INDICADORES E FATORES PRÓXIMOS

Agricultura

A agricultura era responsável por 33% do produto e 54% do emprego, em média, durante esta década. Os seus principais produtos eram os cereais, o vinho e o azeite.

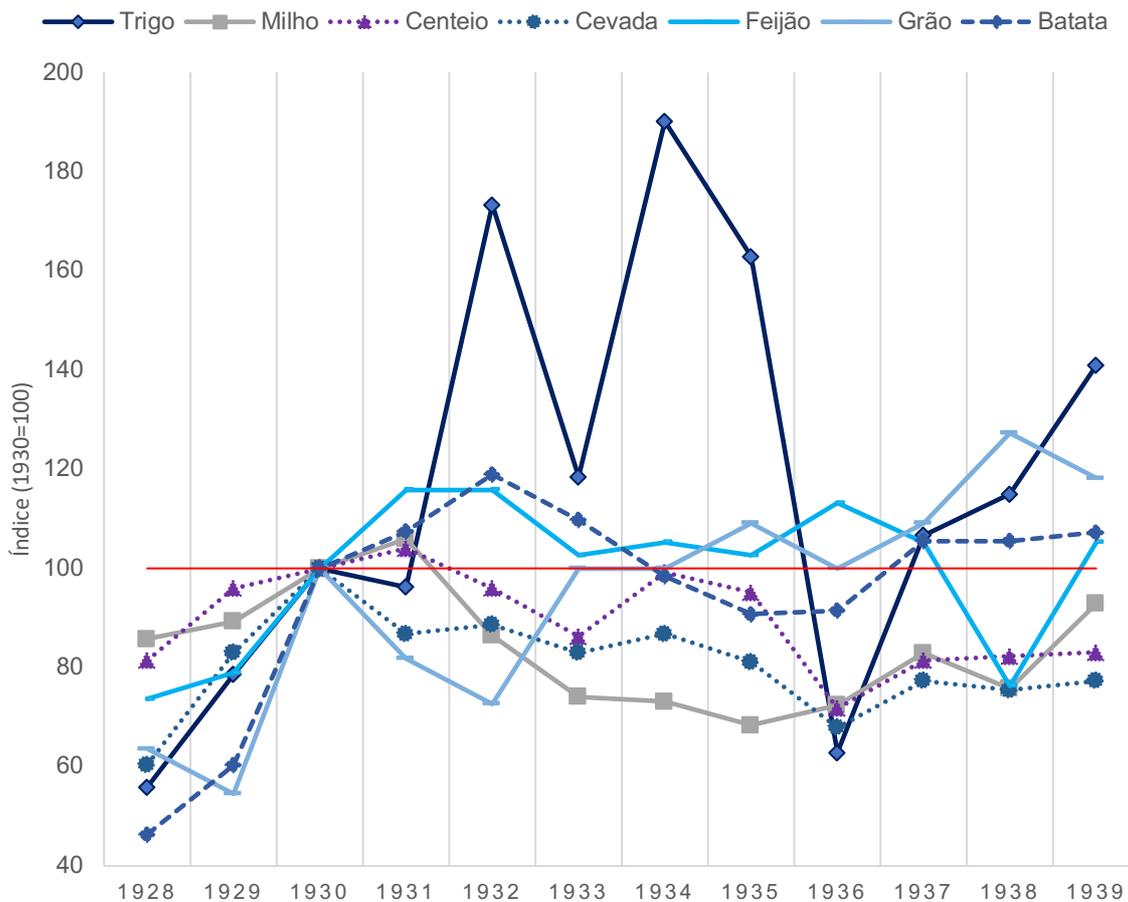
A Campanha do Trigo, projetada em 1929 e implementada a partir de 1931, teve um grande impacto na produção da mais importante cultura cerealífera nacional durante a década de 30 (**figura 1**). O seu objetivo era a autossuficiência no contexto de uma política de substituição das importações. Ela visou um aumento significativo da área cultivada incentivada (com subsídios à produção) e a melhoria da tecnologia (com a disponibilização de sementes melhoradas, por exemplo). Do lado dos mercados, o Estado garantiu a compra de excedentes de produção nacional e fixou o preço, para diminuir o risco para os produtores.

Entre 1931 e 1934, houve um crescimento sem precedentes da produção de trigo. Este deve-se, sobretudo, ao aumento dos solos dedicados ao trigo e, de início, ao aumento da produtividade da área cultivada nesta colheita, que na altura quase duplicou (Soares, 2005). Os subsídios e o escoamento garantido da produção alcançaram não só os grandes produtores, mas também um número significativo de médios e pequenos produtores. No entanto, em 1935-36, a produção do trigo caiu abruptamente para o nível de 1928 (anterior à reforma). As razões por detrás desta reversão ao ponto de partida ainda são objeto de discussão. Um contributo importante foi a degradação dos solos, mostrando que os ganhos de produtividade foram ilusórios e comprometendo a sua aptidão agrícola futura. O frágil fundo de fertilidade acumulado em terras previamente não cultivadas foi exausto em poucos anos de cultura cerealífera. Outro contributo para a quebra de produção vem da contração do investimento, sugerindo que houve um excesso de capacidade instalada nos anos anteriores.

Entre 1934 e 1935, a produção de trigo ainda foi alta, na fase final de sucesso da campanha de trigo, mas todos os outros cereais (centeio, aveia e milho) sofreram quedas significativas como resultado da seca que também afetava o vinho. O ano meteorológico de 1935-1936 foi ainda mais quente e seco, reduzindo com maior intensidade a produção vitivinícola, bem como a produção de cereais em geral. O fim da abundância do trigo, com a cava de 1936, coincidiu com mínimos decenais na produção de centeio e cevada e também com reduzidas colheitas de milho (ainda 30% abaixo do valor de 1930). Deste modo, nenhuma outra importante cultura agrícola evoluiu no sentido de compensar a quebra significativa na produção de trigo.

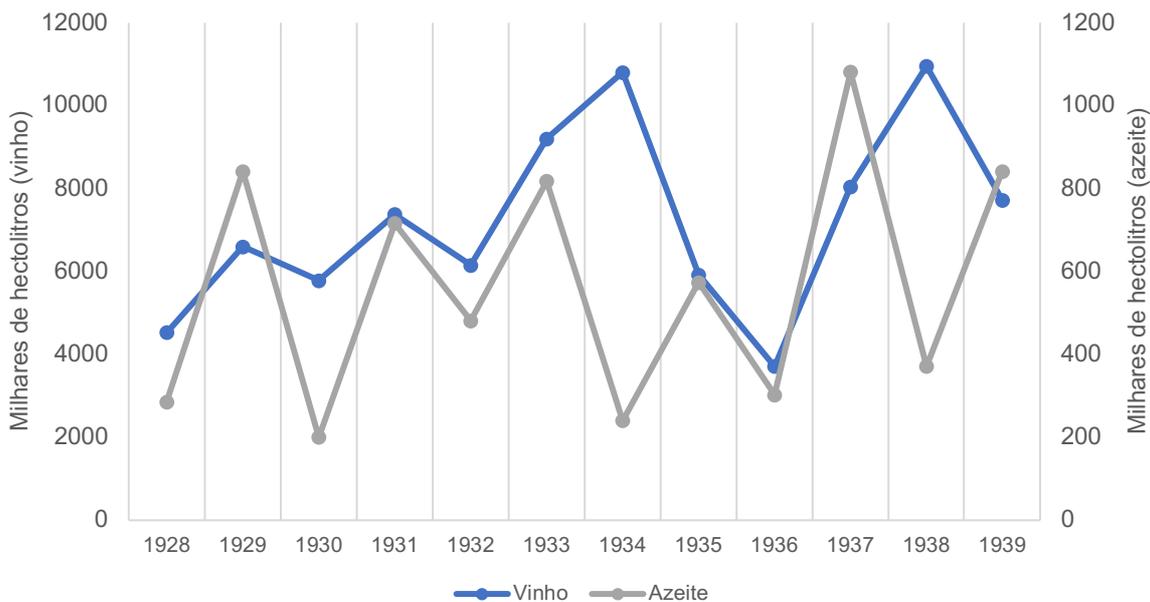
Durante esta década, o vinho e o azeite seguiram os seus ciclos naturais, o primeiro dependente sobretudo das condições meteorológicas e da incidência de pragas, e o segundo da sucessão de anos de safra e contrassafra. Em 1932, 1935 e 1936 as produções de vinho decresceram devido a anos de seca (**figura 2**). No último destes três anos (1936), tal coincidiu com um ano de contrassafra na azeitona.

Fig. 1 - COLHEITAS AGRÍCOLAS



Fonte: Valério (2001).

Fig. 2 - CICLOS DO VINHO E DO AZEITE

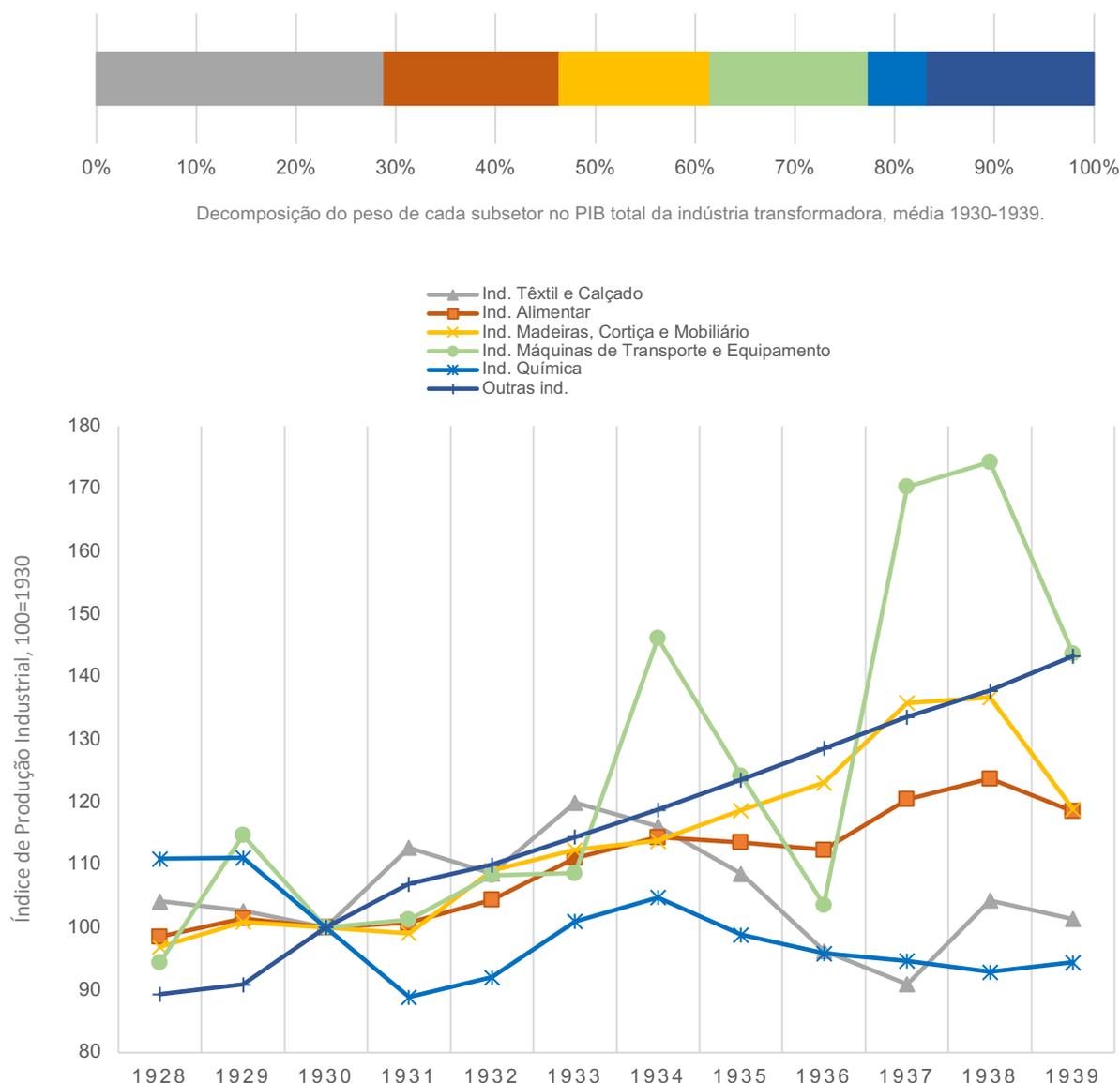


Fonte: Valério (2001).

Indústria

A indústria manteve-se secundária face à agricultura no peso que tinha na economia: 28% do produto e 19% do emprego em média nesta década. As produções dos diversos subsetores apresentaram ciclos maioritariamente dissociados. Assim, o subsetor químico contraiu marcadamente entre 1934 e 1936 (**figura 3**) e a indústria alimentar (responsável por quase 18% do produto industrial) permaneceu em queda entre 1933 e 1937. No sentido contrário, a mais importante indústria nacional – têxteis e calçado – viveu uma década de crescimento até 1938. No seu conjunto, o índice de produção industrial teve um pico em 1934 e uma cava em 1936, entre os quais experienciou uma pequena contração de 1,8%.

Fig. 3 - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA: PESO NO PRODUTO INDUSTRIAL (MÉDIA DECENAL) E ÍNDICE DE PRODUÇÃO (ANUAL) DE DIFERENTES SUBSETORES

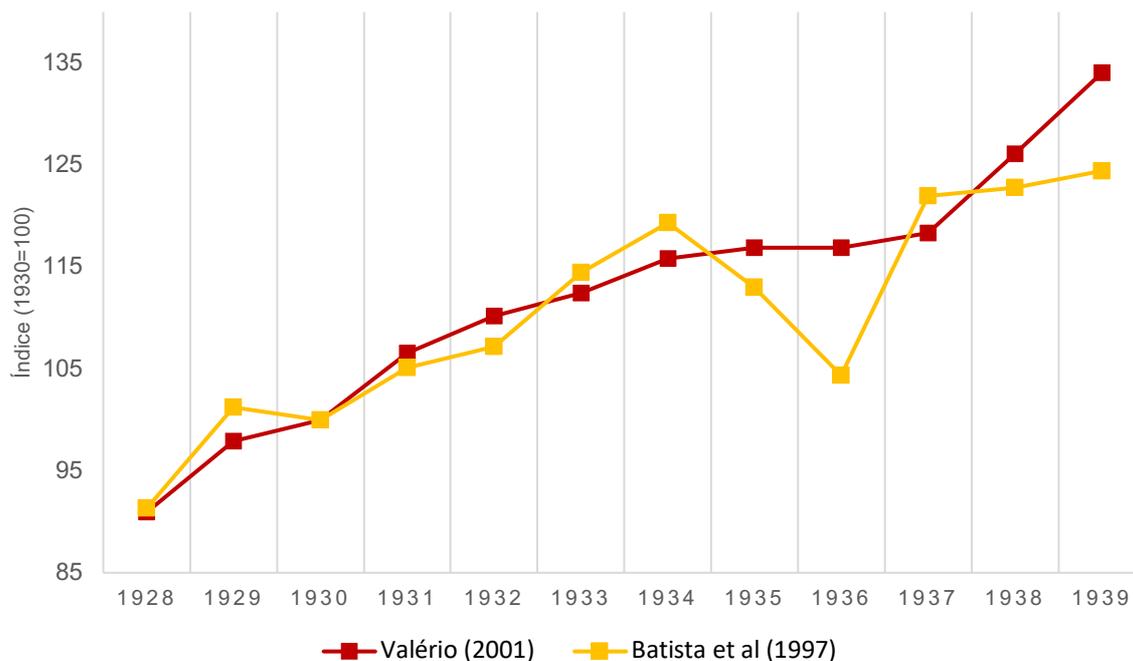


Fonte: Batista et al (1997).

Variação da produção nacional

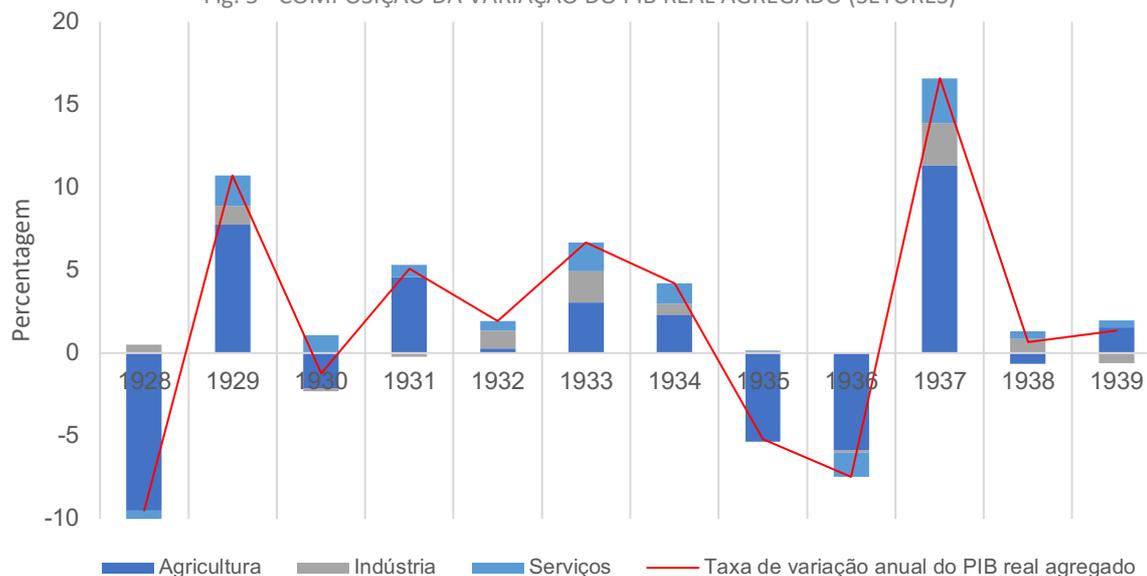
Apesar das suas limitações, as séries para o PIB disponíveis e apresentadas na **figura 4** apontam para clara contração entre 1934 e 1936, com uma recuperação muito rápida em 1937. Como seria de esperar numa economia maioritariamente apoiada na agricultura, as oscilações do PIB acompanharam as oscilações do setor agrícola (**figura 5**).

Fig. 4 - PIB REAL AGREGADO SEGUNDO DUAS SÉRIES



Fontes: Batista et al (1997): PIB nominal em Batista et al (1997). Valério (2001): PIB nominal em Valério (2001), retirado de Valério (1998). A cada série é aplicada o deflator implícito da respetiva fonte.

Fig. 5 - COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO PIB REAL AGREGADO (SETORES)



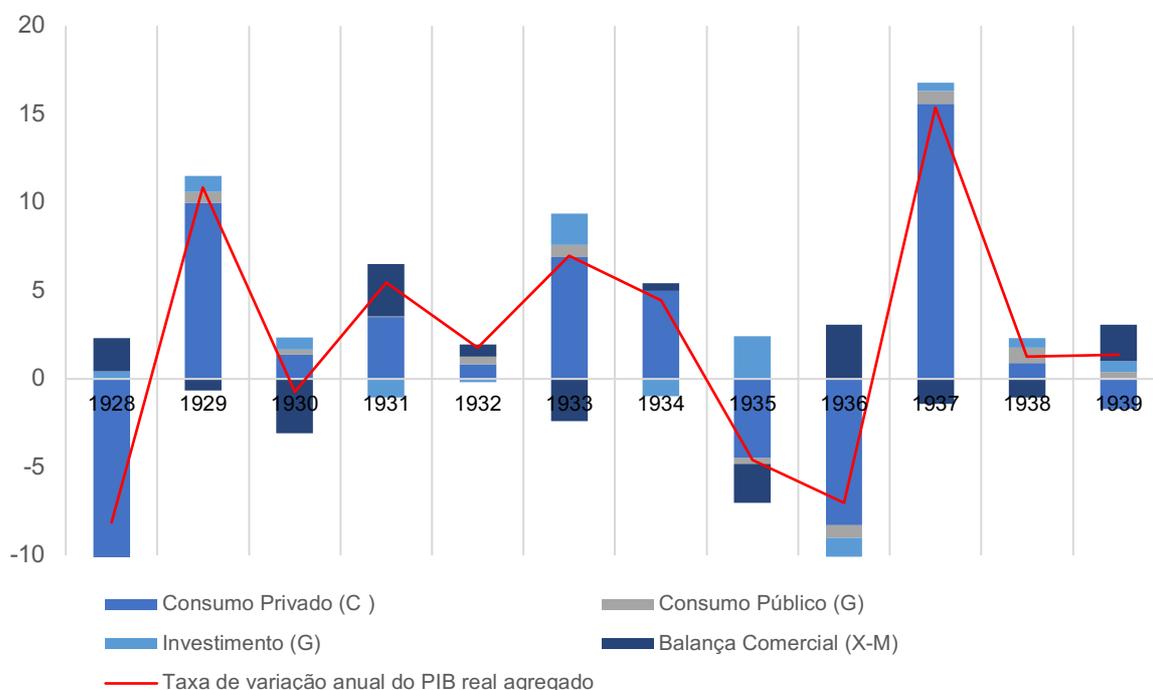
Fonte: Lains (2003), com base em Batista et al (1997).

Olhando para os componentes do produto (**figura 6**), o consumo privado e a balança comercial em 1936 moveram-se em sentidos opostos, com as trocas a suavizarem a recessão. Um fator importante terá sido os excedentes agrícolas de colheita de trigo de 1935, que permitiram a exportação deste bem no primeiro semestre de 1936 pela primeira vez desde que há registos. Outra contribuição para a melhoria da balança comercial foi a substituição de importações por matérias de origem colonial a preços mais favoráveis, por exemplo no café ou no açúcar.

Por fim, a cortiça, que nas suas diversas formas representava cerca de 15% do valor das exportações nacionais, assistiu também a um pequeno boom entre 1935 e 1937. A indústria nacional aumentou as exportações às custas dos produtores espanhóis, que eram até então o principal exportador mundial. As exportações de cortiça portuguesa cresceram 3% entre 1930 e a colheita de 1935-37; no mesmo período, as exportações espanholas caíram 16% (Dias e Moruno, 2006). Portugal estabeleceu-se a partir deste ponto como o principal produtor global de cortiça.

Durante toda a década de 30, a estabilidade financeira criou um ambiente favorável à acumulação de capital que terá contribuído para o aumento da taxa de investimento. Ela fixou-se nos 11% em média, mais do triplo do valor registado na década de 1910 (Lebre de Freitas, 2005) e sem oscilações significativas que contribuíssem para o ciclo económico. Aliás, a partir de 1937 e até 1950, com a execução dos investimentos previstos na Lei de Reconstituição Económica, a contribuição do investimento para o crescimento foi, quase sempre, positiva.

Fig. 6 - COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO PIB REAL AGREGADO (ÓTICA DA DESPESA)

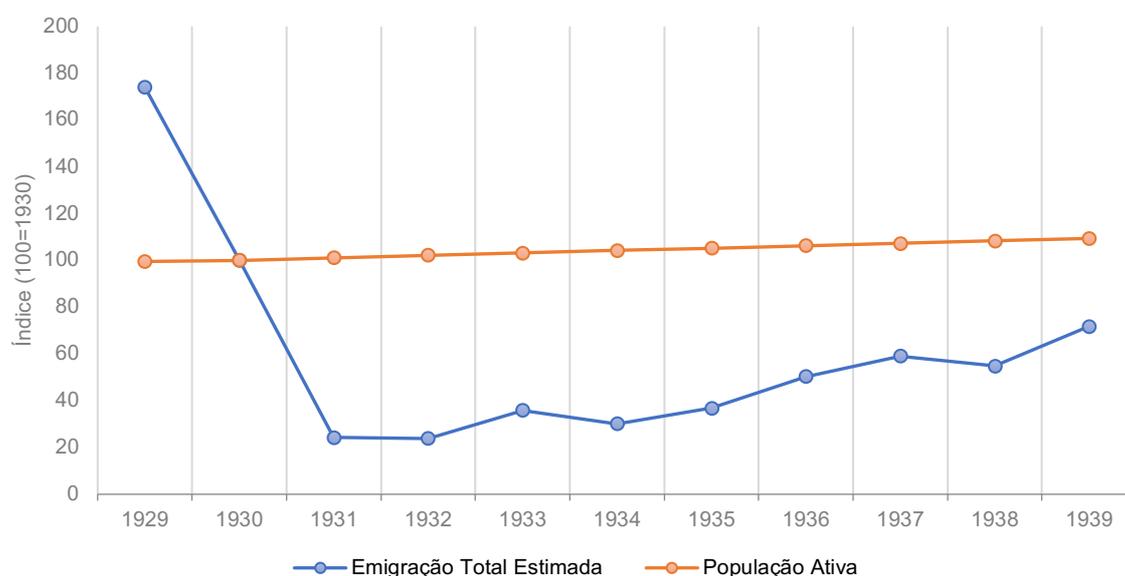


Fonte: Batista et al (1997).

Emigração

Houve um forte abrandamento da emigração portuguesa nesta década, resultado da conjuntura internacional, com o encerramento de fronteiras e a redução da procura de mão de obra, em especial no continente americano, durante a Grande Depressão (**figura 7**). Com efeito, a década de 1930 é a primeira do século a registar um saldo migratório (intercensitário) positivo; algo que só apenas se repetiria nos anos 70 e nos anos 90. De 1931 em diante, as oscilações na emigração e na população ativa foram reduzidas. A evolução destes indicadores está, por vezes, associada a fatores externos e, outras vezes, reflete o que se passa na economia nacional, com a emigração funcionando como válvula de escape para a deterioração das condições de vida da população. Assim, os dados indicam que esta é uma década de relativa calma económica em Portugal, ao contrário do que acontece na maioria dos outros países ocidentais.

Fig. 7 - EMIGRAÇÃO E POPULAÇÃO ATIVA



Fonte: Valério (2001), com base em Baganha (1994).

3. CALIBRAÇÃO DO PICO E DA CAVA

Sendo a economia portuguesa predominantemente agrícola, o ciclo económico português dos anos 1930 foi fortemente determinado pelo co-movimento das produções de vinho, azeite e cereais. Contando cada cultura com fatores e ciclos próprios, é a sua consociação negativa que, com maior precisão, permite calibrar uma típica recessão agrícola.

Deste modo, o ano de 1935 configura, no entender do Comité, o primeiro ano da única recessão desta década: a produção de vinho, no fim do ano, e de todos os

cereais, no verão, sofreram quedas significativas, que o modesto incremento na produção de azeite não conseguiu contrariar. Este panorama agravou-se em 1936, já que o ano meteorológico 1935-1936 foi especialmente quente e seco, reduzindo com maior intensidade a produção cerealífera e vitivinícola, num ano de contrassafra na azeitona. Assim, o Comité considera que a economia portuguesa atravessa uma larga parte do ano de 1935 e todo o ano de 1936 em recessão.

Atendendo ao carácter eminentemente agrícola desta recessão, o Comité notou que ele seguiu de forma mais próxima o ciclo agrícola do que o ciclo anual. Assim, o pico da atividade económica terá sido no primeiro semestre de 1935, com as colheitas da segunda metade do ano determinado a inflexão do ciclo. A recessão, por seu turno, perduraria até ao primeiro semestre de 1937, isto é, até à chegada das culturas de primavera/verão desse ano, que foram mais abundantes. Nos anos de recuperação que se seguiram, destacaram-se, ainda, as despesas e o investimento públicos – particularmente importantes para o crescimento de 1938 e 1939.

4. CONCLUSÃO

Portugal atravessou os anos 30 com relativa estabilidade económica, fruto quer da consolidação do regime político, quer do isolamento do país em relação ao exterior. Este facto, surpreendente dada a enorme volatilidade do ciclo económico global desta década e a proximidade do país a Espanha, que passa por uma das mais conturbadas décadas da sua história, resulta de Portugal ser ainda uma economia bastante fechada e de Espanha não ser um parceiro comercial importante. Aliás, só após o fim da II Guerra Mundial, é que o ciclo económico global terá um papel preponderante no ciclo económico português.

A recessão de 1934-36 tem três fatores próximos. Primeiro, o fim dos efeitos de curto prazo da Campanha do Trigo, com a exaustão e erosão dos novos solos cultivados e o fim das produções excedentárias desse cereal. Segundo, o ano meteorológico desfavorável para a generalidade das colheitas. Terceiro, o ano de contrassafra na produção olivícola.

Como noutras ocasiões do ciclo económico português, talvez nenhum destes fatores fosse, por si só, indutivo de uma recessão. Por exemplo, o ano de 1933 foi um ano de alguma seca, o que se refletiu em quebras nos cereais, mas não na produção de azeite ou vinho, levando o Comité a considerar não existir suficiente co-movimento entre os setores relevantes (agrícolas) para datar uma recessão aí. Realça-se, assim, que é a coincidência de fatores, todos associados com a produção agrícola, que dá forma a esta recessão.

REFERÊNCIAS CITADAS NO TEXTO

(Para uma lista mais completa das fontes, ver a nota metodológica)

1. Brito Soares, Fernando (2005). "A Agricultura." In: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro (coord.) (2005). "História Económica de Portugal 1700-2000", volume 3. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
2. Dias, Amélia e Moruno, Francisco (2006). "O Comércio Corticeiro na Península Ibérica no Período de 1930 a 1974 – Uma Perspectiva Comparada." Working Paper n.º 28 - Gabinete de História Económica e Social. Lisboa.
3. Lebre de Freitas, Miguel. "O Capital". In: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro (coord.) (2005). "História Económica de Portugal 1700-2000", volume 3. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
4. Nunes, Ana Bela e Valério, Nuno (1983). "A Lei de Reconstituição Económica e a sua Execução - Um Exemplo dos Projectos e Realizações da Política Económica do Estado Novo." Estudos de Economia, III (3), Lisboa.